

REFLEXÕES ACERCA DA ÉTICA NA CLÍNICA DE PSICOLOGIA DA PMMG

Mônica Freitas Lage
Tenente Psicóloga da PMMG

Todo trabalho implica um posicionamento ético e uma implicação do sujeito diante dele. A realização deste se faz a partir de reflexões acerca de um percurso pessoal como psicóloga na Polícia Militar de Minas Gerais.

O trabalho da Psicologia na Polícia Militar representa um desafio para cada profissional que se arrisca neste lugar. Entre outras questões, é preciso lidar com dois significantes específicos: polícia e militar. Qual o lugar que ocupariam estes significantes na prática clínica? Como lidar com os atravessamentos desta Instituição num trabalho que está sendo construído? A pergunta que se repete é a respeito da possibilidade de uma atuação eficaz e ética nesta Instituição. Há um sofrimento inerente a tal questão, pois ela quer dizer de uma formação profissional e pessoal que está sempre a se realizar. É sempre uma pergunta a respeito da ética que se coloca nesta prática.

Quem é o cliente nesta clínica? A Instituição? O militar? Seu dependente? Todos eles, sem, dúvida. É possível ouvir os desdobramentos da instituição no discurso do sujeito que procura o consultório de psicologia na PMMG. Frases que não se cansam de se repetir: “Estou sendo jogado de um lado para o outro que nem bolinha de ping-pong”, “Dei tanto para a polícia e agora que preciso ela me vira as costas”, “Se querem, sempre arranjam um jeito de punir a pessoa”, “Estão me perseguindo”. Que lugar é este ocupado pela Polícia Militar para esses sujeitos? Não é o objetivo do presente trabalho traçar o perfil do militar, mas indagar sobre a posição e a função desta Polícia no imaginário desses sujeitos.

Esse sujeito fragilizado diante da instituição necessita, para sustentar a sua própria posição, dividir seu mundo em militar e “paisano”, onde este último ocupa o lugar do quase-nada. Assim faz aparecer um poder fictício, através do qual pode sentir-se autoridade. Isto faz lembrar a “Dialética do Senhor e Escravo” de Hegel, que foi trabalhada em sua obra “Fenomenologia do Espírito”¹. As figuras do Senhor e Escravo, figuras míticas, mas presentes na história de nossas sociedades, serviram para o autor pensar na questão da dominação. Nesta formulação, uma figura precisa da outra para ser reconhecida, para existir. Assim, o Senhor é reconhecido pelo Escravo, que, entretanto, é visto como objeto, e não como um sujeito. Este, por sua vez, necessita de um Senhor para ser reconhecido como tal. Nesta relação, o Senhor não vê a falta, enquanto que o Escravo só a vê. Por isto, fala-se em dialética, que pode ser definida como “maneira de filosofar que procura a verdade por meio de oposição e conciliação das contradições”.²

Tomando emprestado essa teorização de Hegel, pode-se pensar a questão que se propõe sobre a divisão militar e “paisano”. Abre-se, também, uma oportunidade de se pensar a relação do Senhor e Escravo por outro ângulo. Marcuse, na “França Acadêmica”, 1969, diz: “No processo de alienação da consciência, as instituições que o homem funda, e a cultura que ele cria, acabam por desenvolver leis próprias e a liberdade do homem tem que se submeter a elas”³. É aí que se reencontra esse sujeito, escravo numa

¹ HEGEL, G.W.P. “A Fenomenologia do Espírito”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

² KANT, Emmanuel. “Crítica da Razão Prática” In: *Os pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1974.

³ MARCUSE, Herbert. *A França acadêmica*. São Paulo, ed. Cultrix, 1969.

história da qual se perdeu a sua autoria, sujeito de uma situação que coloca um lugar institucional da dimensão do Senhor. A instituição passa a ter vida própria, e as pessoas que nela se inserem relacionam-se com ela como subjugadas às suas leis. Quem é este sujeito indeterminado, presente nas frases escutadas dos militares, como, por exemplo, “estão me perseguindo”? Não seria a própria instituição?

Mas qual a relação disso com o tema proposto, a respeito da ética profissional? Não se pode esquecer que os psicólogos foram inseridos na instituição militar, através de um nome dado a eles, que remete a uma posição ocupada hierarquicamente. São tenentes, são capitães. Apesar da especificidade de atuação, são militares e podem sofrer o mesmo tipo de relação com a instituição, podem ser escravos nesta relação. Há uma saída para isto? Sim, e Hegel a aponta na obra já citada⁴: a possibilidade maior de saída dessa Dialética é pelo lado do Escravo. Este pode realizar uma transformação através do trabalho. Trabalhando, ele assume seu medo, sua falta e também a possibilidade de crescimento, conseguindo assim a sua autonomia. Esta mudança de postura acarreta também a saída da dialética para o Senhor. Conseqüentemente, este tem que dar conta do furo, haver-se com a falta, e com isto, relacionar-se com a lei do Outro.

O que se pretende colocar é que a postura ética do psicólogo na PMMG tem que estar marcada e estabelecida por um trabalho realmente produtivo, porque a posição que se vai ocupar é de alguém inserido na Instituição, mas não escravo dela. Só se pode tocar neste Outro desta forma, com responsabilidade diante dos próprios atos. A escuta profissional não pode significar passividade, mas uma atitude de realizador. Em cada detalhe, em cada momento, é demandada tal postura.

É mais que seguir um “Código de Ética”, pois a positividade deste não abarca as questões referentes a um posicionamento ético. Quando falamos do “Código de Ética dos Psicólogos”, estamos nos referindo a um conjunto de normas, de direitos e deveres que regulam a profissão dos psicólogos. Falar de ética é ir além. É falar de lei, sim, mas de um outro estatuto de lei que é próprio do sujeito. É sair da questão do universal e escutar o particular. Enquanto o Código delimita regras e condutas, a posição ética se funda no desejo que, segundo Lacan, “não tem o caráter de uma lei universal, mas ao contrário, da lei mais particular- mesmo se é no universal que esta particularidade se encontre em cada um dos seres humanos”.⁵

Não há como negar a importância do “Código de Ética Profissional”. Esta regulação se faz não essencial em nossa sociedade. Mas o fundamental é usá-lo de acordo com uma postura realmente ética. Kant já dizia algo parecido, na “Crítica da Razão Prática”. Segundo ele, é na ausência de uma coação externa, mas na presença de uma coação interna exercida pela própria consciência da lei moral em nós, é que agimos eticamente⁶.

Tendo essa postura ética como pano de fundo, tem-se que pensar qual é o papel clínico do psicólogo no atendimento de um sujeito que o procura. O analista é responsável por conduzir o tratamento, introduzindo o sujeito do Inconsciente, à falta a ser, responsabilizando-o pelo seu desejo. Assim, o que se faz necessário é promover na análise o aparecimento da fala verdadeira, onde o sujeito se implica na sua própria história. O que o sujeito conquista na análise é a sua própria lei. E na prática clínica na Polícia Militar, tem-se que estar atento ao significante dessa instituição que atravessa o trabalho da Psicologia.

⁴ HEGEL, G.W.P. “A Fenomenologia do Espírito”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996

⁵ LACAN, Jacques. *Seminário I: Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1993.6.

⁶ KANT, Emmanuel. “Crítica da Razão Prática” In: *Os pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1974.

Um último ponto a ser mencionado é a respeito do desejo de ser analista. Ocupar este lugar tem suas implicações e remete a uma posição subjetiva. Freud, em suas orientações técnicas, coloca a necessidade de uma análise pessoal, de estudo teórico e supervisão para que se faça um analista⁷. Há uma responsabilidade diante do sujeito que demanda um tratamento, e diante da própria pessoa do analista. Não é um lugar fácil de se sustentar, tem que haver implicação. Para citar Lacan mais uma vez, o analista deve pagar algo para ocupar a sua função: paga com palavras, paga com a sua pessoa, paga com um certo julgamento no que diz respeito à sua ação⁸.

Além disso, é saber lidar com as suas próprias limitações. É reconhecer onde “não dou conta” e reconhecer onde “não sei”. Dentro da clínica de Psicologia da PMMG, chegam várias demandas, inclusive algumas que parecem extrapolar a formação de cada profissional. Quantas vezes se escuta de colegas que estão exercendo função de assistente social? Ou então o pedido vem para que se atue em áreas bem distintas nas quais dificilmente se tem condições técnicas para uma adequada atuação. Será que é possível ser psicólogo clínico, organizacional, educacional ao mesmo tempo? Que generalidade é esta? O que se tenta questionar é algo talvez com a formação de cada um, com a particularidade de cada profissional. O estabelecimento de limites diz do individual, do que cada um tem condições. Não se pode repetir uma cultura da onipotência, em que para lidar com a angústia da falta, o psicólogo se defende através do “tenho que responder a tudo”.

É preciso falar, fazer que uma cadeia de significantes se mova e tocar o Outro, através de atitudes éticas. É preciso escutar o sujeito desejante, é preciso fazer que ele deseje. Não se pode ficar repetindo um modelo, e nem cruzar os braços diante de dificuldades que existem. É necessário trabalhar!

⁷ FREUD, Sigmund. *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. ESB v.12. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

⁸ LACAN, Jacques. *Seminário VII: A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1996.

